



Técnica dos índios Ticuna de tecer a Tipóia, [1941] (Foto: Curt Nimuendajú).

CURT NIMUENDAJÚ E A BUSCA DE APOIO À PESQUISA ANTROPOLÓGICA*

Priscila Faulhaber**

1. Introdução

O presente trabalho focaliza aspectos da trajetória de Curt Nimuendajú, cujos registros de viagens foram em grande parte reunidos no arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, depositado no MAST. Trabalhos de campo deste célebre viajante alemão foram financiados pelo Institute of Social Science (ISS) da Universidade da Califórnia em Berkeley (UCB). Esse instituto apoiou projetos sobre assuntos internos aos EUA, assim como temas relativos a outros países, como o México, e financiou as pesquisas de campo de Nimuendajú de 1935 a 1941, na Amazônia. O trabalho destacará em especial aspectos da interação do antropólogo Robert Lowie com Nimuendajú, estabelecida a partir do propósito do primeiro de realizar comparações entre os índios da América do Norte e os da América do Sul.

Curt Unckel (1883-1945) nasceu em Lena (Turíngia, Alemanha) e chegou ao Brasil em 1903. Realizou pesquisas na Amazônia desde 1905, e estabeleceu-se na região em 1915. Naturalizado brasileiro, realizou trabalhos etnográficos para o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Nacional e os Museus de Berlim, Gotemburgo, Hamburgo e Leipzig, entre outros. Morreu no dia 10 de dezembro de 1945, na casa do seu informante Nino, na localidade Ticuna de Santa Rita do Weil. Suas atividades não se restringiram à formação de coleções etnográficas, tendo ele comprometido-se também com o destino dos índios e com o seu conhecimento etnológico. Realizou pesquisas no sul do Brasil entre os Guarani, quando adotou o nome Nimuendajú. Também pesquisou entre os Kaingang, os Kaiuwa e os Opayé. Participou de atividades indigenistas do Serviço de Proteção aos Índios, com os Tembé, os Timbira, os Urubu e os Canela. A partir de 1915, viajando por conta própria ou para o Museu Goeldi, estudou os Tembé, os Aparai, os Sipaya, os Arara, os Caiapó, os Apinajé, os Parintintim e diversos povos indígenas dos Rios Madeira, Negro e Tapajós, entre outros. Publicou muitos trabalhos em alemão e português. A partir de 1930, iniciou sua colaboração com Lowie, que se tornou editor de suas monografias, publicadas em inglês por editoras universitárias dos Estados Unidos, como a da Universidade da Califórnia.

Tradicionalmente, tem sido destacada prioritariamente a reputação de Nimuendajú como coletor de artefatos da cultura indígena, uma vez que suas expedições foram objeto de controle pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFE (GRUPIONI, 1998).

O presente trabalho visa mostrar a relação da obra deste etnógrafo com a história da Antropologia. Suas pesquisas, baseadas em observação direta, foram influenciadas pelas diferentes fontes de recursos que as custeavam. No entanto, apesar de inicialmente suas viagens terem sido financiadas pela venda de coleções a museus europeus, Nimuendajú tinha um olhar acurado, vendo tais objetos como fonte de reflexão para o estudo da cultura indígena e de suas particularidades,

* Trabalho apresentado na 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo (SP), Brasil.

** Pesquisadora Titular no MAST, possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Atuou como pesquisadora visitante no Institut de Recherche pour le Développement (IRD), na Universidade Livre e no Museu de Etnologia de Berlim, e na Universidade da Califórnia em Los Angeles, onde realizou seu pós-doutorado. É professora nos programas de pós-graduação em Antropologia Social e Museologia, respectivamente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: priscila@mast.br

como a festa da moça nova Ticuna, povo que estudou no final de sua trajetória. Tais artefatos, juntamente com a sua monografia sobre este povo, publicada em 1952, são correlacionáveis com os documentos históricos e com a memória social indígena, que focalizarei, neste trabalho, a partir do povo Ticuna.

A publicação das monografias de Nimuendajú sobre os Apinajé (1939), Xerente (1942), Timbira (1946) e sobre os Ticuna (1952), pela Universidade da Califórnia, com edição de Lowie, representa o reconhecimento internacional de sua contribuição como etnólogo, no que se refere a projetos apoiados pelo ISS/UCB. O apoio às viagens de Nimuendajú se explica pelo interesse dos indos da Amazônia para a Antropologia, articulado aqui à significação da noção de “fronteira” para a Antropologia Social. Os subsídios por agências de fomento a centros universitários de pesquisa no oeste dos EUA, notadamente na Califórnia, se explicam pela repercussão no campo científico da noção de “fronteira móvel” ou “fronteira em movimento”. O ISS apoiava projetos sobre “fronteiras econômicas e fronteiras culturais”, levando adiante o deslocamento do entendimento da “fronteira” através da metáfora biológica da germinação botânica para o plano das relações sociais.

A emergência das Ciências Sociais como um campo legítimo do conhecimento no contexto entreguerras nos EUA ocorreu quando este país se valeu da engenharia social e da ciência aplicada para buscar alternativas econômicas, nos embriões dos programas de desenvolvimento que se implantaram após a Segunda Guerra. Neste íterim, as hierarquias científicas continuaram a ser empregadas como um instrumento de demarcação de competências. Os objetos das Ciências Sociais foram incorporados enquanto associados a mecanismos de controle social. No entanto, eram considerados espúrios e “fronteiriços” quando mostravam incongruências vistas como ameaças para a consecução dos mecanismos de controle social.

Destaca-se, entre os projetos apoiados pelo ISS, o que Lowie desenvolveu em colaboração científica com Nimuendajú, com o propósito do primeiro de realizar comparações entre os índios da América do Norte e os da América do Sul, sendo estes considerados como mais “intocados” do que os norte-americanos. No entanto, a etnografia de Nimuendajú veio mostrar que suas observações diziam respeito a “objetos fronteiriços”, que levaram a posteriores revisões de conceitos em voga na época, como “aculturação”, “mudança” e “área cultural”.

2. Objetos fronteiriços

A discussão sobre “objetos fronteiriços” foi definida na conceituação de *boundary objects* (STAR; GRIESEMER, 1989) como expressando a correlação entre informações apresentadas em áreas fronteiriças ou linhas de delimitação de diferentes universos de observação, que pode implicar tanto o contraste como a condensação de formas de ver o mundo.

Tal discussão levou à problemática da demarcação de fronteiras entre os campos científicos, estabelecida na disputa pelo monopólio da autoridade profissional e pelo controle dos recursos nas mãos de alguns cientistas, excluindo outros. Todavia, os limites da ciência estão constantemente em disputa. Mostram-se ambíguos e flexíveis, posto que sujeitos a processos históricos. Sendo assim, variam de acordo com os contextos em que se inserem (GIERYN, 1983). A competição científica leva a estratégias de delimitação de fronteiras entre os campos científicos e à distinção das atividades propriamente “científicas” como sendo de um âmbito mais elevado que o de outras atividades, consideradas “menores” na hierarquia dos saberes. Sendo assim, o trabalho “de gabinete” é considerado como mais prestigiado que a chamada “pesquisa de campo”. O campo científico delimita fronteiras; demarcando o que é propriamente científico exclui o que escapa ao entendimento e controle acadêmico, como ocorre com a dinâmica dos objetos observados em situações de fronteira.

Serão apresentados neste trabalho alguns passos para a análise da relação do ISS com as pesquisas realizadas na Amazônia; como a Antropologia Sociocultural configurou-se como um campo legítimo de conhecimento científico, mostrando-se como um “objeto fronteiro” que implica antinomias enquanto ciência teórica e empírica, investigativa e aplicada, objetiva e subjetiva, limitadora e ilimitada (GIERYN, 1983). Ademais, seus objetos de estudo, no caso dos diferentes povos indígenas amazônicos e seus artefatos, acabavam por “desmontar” a ideia pré-concebida de autenticidade cultural (CLIFFORD, 1988). Também de modo fronteiro, passaram a mostrar-se um forte instrumento de reformulação de conceitos. Ainda que tais objetos e conceitos aparecessem como estranhas particularidades produzidas em campos políticos não propriamente estruturados em termos científicos.

3. A Antropologia nos EUA e o Instituto de Ciências Sociais

George Stocking (1976) mostra o esforço histórico-cultural estabelecido por Franz Boas no início de sua carreira como alternativa aos esquemas evolucionistas dominantes determinados pelas Ciências Biológicas. Suas referências prévias sobre “o gênio do povo”, enraizadas no romantismo alemão, levaram-no a enfatizar a individualidade histórica nos diferentes contextos culturais e a buscar a reconstrução histórica da variabilidade humana em todos eles, com uma unidade de abordagem entre subdisciplinas particulares, que poderia prover documentação para tal reconstrução. Para tal os alunos e colaboradores de Boas buscavam informações sobre índios que mantivessem sua cultura “intocada”, em áreas culturais consideradas ainda não plenamente analisadas. A evidência, porém, de que os nativos americanos estavam em situação de contato e que realizavam empréstimos culturais, conduziu à questão da “aculturação”.

Stocking (1976) analisa modificações na Antropologia no contexto institucional dos EUA, indicando como esta se autonomizou dos museus com o fortalecimento do sistema universitário e a participação das agências filantrópicas. O Social Science Research Council (SSRC) foi criado em 1923, com apoio explícito do programa de Ciências Sociais da Fundação Rockefeller (FR), estabelecido em 1918. Já no ano de 1924, o SSRC define em seu campo de abrangência tópicos como relações inter-raciais e aspectos científicos da migração humana. O financiamento das associações filantrópicas pareceu adquirir um caráter “interessado”, incorporando, com a interveniência de cientistas sociais (e antropólogos), os estudos das diferenças socioculturais na definição do direcionamento dos fundos de pesquisas da Biologia Humana (STOCKING, 1985, p. 117), embora ainda apoiando majoritariamente as pesquisas em Antropologia Física e o “salvamento” arqueológico. Nos EUA, a Antropologia Cultural nos seus primeiros tempos ocupou-se quase exclusivamente de assuntos internos ao território nacional, sendo caracterizada como predominantemente americanista. Eram como tais os estudos sobre índios dentro do próprio território nacional, sem significativas incursões comparativas sobre índios de outras partes do continente.

O despertar do interesse pelas Ciências Sociais esteve articulado à Antropologia Social inglesa (que a FR veio a financiar), fundada em articulação com a administração colonial. A disciplina foi alimentada em instituições acadêmicas, relativamente coniventes com a adaptação de metodologias para resolver problemas sociais, de modo a utilizá-las para a lubrificação das engrenagens que serviam a propósitos imperiais, alheias em face de rupturas com práticas delas decorrentes, e considerando o sistema colonial como “historicamente dado” (ASAD, 1973).

Stocking (1985, p. 133) reitera a relevância de problematizar, na trilha de Talal Asad (1973), em que medida e de que modo a pauta de pesquisa da Antropologia foi definida pela ideologia dos Rockefeller – representantes do capitalismo corporativo integrado ao colonialismo ocidental. Notava-se também a mediação de atores políticos, sendo uma indicação das articulações entre os objetivos

do SSRC e as articulações políticas a participação de Franklin Delano Roosevelt (então governador do estado de Nova York e posteriormente presidente da República dos EUA) no Comitê Consultivo para a pesquisa empresarial, ética e industrial, criado no SSRC em 1928.

A Universidade da Califórnia em Berkeley (UCB), apesar de distante espacialmente dos centros de decisão administrativa de Washington, tornou-se um reconhecido núcleo de excelência científica e pesquisas de “ponta” ainda na primeira metade do século XX. A existência de agências de fomento que apoiaram centros universitários de pesquisa no oeste americano, notadamente na Califórnia, se explica pela repercussão no campo científico da noção de “fronteira móvel” ou “fronteira em movimento”. Esta noção, em voga na época, inspirava-se no estudo de Frederick J. Turner (1963 [1921]) sobre a significação democrática da “fronteira” para a sociedade americana. Turner estabeleceu essa conceituação com base na análise histórica dos movimentos de povoamento e colonização, e de conquista e incorporação de terras como fator de expansão “para oeste” do Estado Nacional norte-americano. Empregou a expressão “lugar de germinação do espírito da nação norte-americana” (MACHADO,1992) como uma metáfora biológica para a explicação do mecanismo social de expansão nacional. Os próprios problemas sociais criavam “fronteiras móveis” passíveis de incorporação pelas políticas públicas.

O Instituto de Ciências Sociais (ISS) da UCB é um capítulo desconhecido da história das Ciências Sociais.¹ O ISS apoiava projetos sobre “fronteiras econômicas e fronteiras culturais” inspirados na noção de “fronteira em movimento”. Esse instituto apoiou projetos sobre assuntos internos aos EUA, assim como temas pesquisados em outros países, como no México. Além disso, financiou pesquisas de campo de Curt Nimuendajú na Amazônia, entre 1935 e 1941. No *folder* da documentação relativa ao ISS depositado nos arquivos da UCB, Nimuendajú aparece como assistente de Robert Lowie, nos relatórios deste último.²

O ISS foi criado em 1932, em plena depressão americana. Conforme ata de 30 de agosto de 1932, o Conselho do ISS foi assumido institucionalmente pela UCB após contato prévio com Alfred Kroeber em reuniões do SSRC, em 1931. A participação de Kroeber no SSRC e a interação com representantes da FR foi estratégica para que o ISS se beneficiasse com recursos dessa Fundação, que incentivava pesquisas de campo originais promovidas por pesquisadores com treinamento acadêmico nos EUA. Mas o ISS não podia depender exclusivamente de tal fonte, devendo ser obtida contrapartida de recursos da própria UCB.

Em 1932, o Comitê Executivo do ISS, formado por Kroeber, C.B. Lipman, H.E. Bolton, I.B. Cross e P.O. Ray, ao estabelecer o programa do Instituto para os seis anos seguintes, determinou que:

The duty of the Council of the Institute is to determine the rules, procedures, and policies of the Institute, and to define in general terms the activities of the Institute, subject to the approval of the President and the Regents. The Executive Committee has the duty of administering the Institute in accordance with the policies determined by the Council.³

¹ A documentação sobre o ISS/UCB, reunida por Alfred Kroeber, está depositada em *folder* intitulado “pre Rockefeller Grant”, na caixa 24 do Fundo do Departamento de Antropologia da UCB. Agradeço a Ira Jacknis, Charles Faulhaber e David Kessler pelo acesso a essa documentação. Com base em pesquisa original neste Fundo, bem como na pesquisa em jornais em Belém, realizada em agosto de 2011, aprofundei problemas anteriormente focalizados (cf. FAULHABER, 2011), podendo melhor sistematizar os conceitos, a análise e a conclusão do presente trabalho.

² ISS Folder, Bancroft Library Archive, Cu 23 – box 24.

³ ISS Folder, Bancroft Library Archive, Cu 23 – box 24. Program established with the foundation of the ISS, with the nomination of its executive board, appendix1, p. 1.

O ISS congregava diferentes departamentos de Ciências Sociais da UCB. Apoiava projetos interdepartamentais, notadamente um programa cooperativo nas áreas de História, Geografia e Antropologia, envolvendo fronteiras e núcleos culturais dos estados do sudoeste dos EUA e México, que requeriam apoio para viagens e recursos humanos de modo a produzir registros originais, os quais almejavam inserir em um programa de estudos no âmbito da Economia Rural e Sociologia.⁴ O programa fora concebido para ser estabelecido na América Latina e nos EUA, tendo em vista integrar tendências socioeconômicas e problemas contemporâneos, saldando a obrigação de cientistas sociais de documentar a mudança social em período de grande fluxo. O *Memorandum on marginal Lands of the Post-Frontier and the Cultural Atlas of California* esteve a cargo de Carl Sauer e John Leightly, ambos do Departamento de Geografia.

Sauer (1889-1975) fundou a Geografia Cultural e Histórica como disciplina bastante próxima do paradigma histórico-cultural sustentado por Kroeber e Lowie no Departamento de Antropologia, partilhando com estes concepções da teoria social sistêmica enraizada na tradição germânica baseada nos EUA, fundada em teorias românticas e historicistas (KENZER, 1985; ANDERSON, 2011). Sauer concebeu a Geografia Humana em conexão com a Antropologia Cultural, baseando sua análise regional nos estudos de área e na perspectiva comparativa, em pesquisa de campo empírica e inventário arquivístico. Sauer discutiu a ideia de centros de área cultural em termos de sua preocupação de compreender as margens (bordas), as frentes de expansão nacional e a dinâmica dos limites fronteiriços (SAUER, 1941). Seus projetos sobre fronteiras econômicas e culturais inspiravam-se na teoria da “fronteira em movimento”, ainda que em uma abordagem crítica. Seguindo Vaughan Cornish, ele sustentava que a fronteira ativa, independente da continuidade da expansão territorial, baseava-se no incremento da energia massiva de povos “quebrando barreiras” que traduziam fronteiras sociais. No entanto, ele criticou a concepção turneriana do avanço do desenvolvimento das forças produtivas em séries de etapas. Reprovando generalizações infundadas, Sauer preferia estabelecer um exame histórico de situações singulares de perdas e aquisições.

Trabalhando em museus, Kroeber baseou suas referências e classificações das Ciências Naturais, bem como suas visões estéticas, organizando exposições. Ele visualizava um leque de possibilidades abertas pelas Ciências Sociais associadas a programas universitários. Estes três campos de emprego do trabalho antropológico – História/Arqueologia, Etnografia e Linguística – estavam relacionados a sua tripla filiação com conselhos de pesquisa dos EUA: o National Research Council (Antropologia Física e Arqueologia), o Social Science Research Council (Etnografia e Etnologia) e o American Council of Learned Societies (Linguística, Arte, História) (STEWART, 1961). O trabalho de Lowie, também interdisciplinar, mostra sua consciência da complementaridade da Antropologia com outros campos, interessando-se em Biologia, Geografia Humana e História, entendendo Economia em termos de propriedade ou da Ecologia, as Ciências Políticas principalmente pelas demandas de controle social, e buscando vínculos específicos entre instituições e entre campos de investigação (DUBOIS, 1960, p. 187). Ele estabeleceu uma das primeiras sínteses alcançadas pelos boasianos (STOCKING, 1976, p. 19), uma vez que a resistência de Boas à sistematização conceitual tornava difícil a seus estudantes extrair bases teóricas de seu trabalho.

Tal integração de diferentes departamentos no campo das Ciências Sociais esteve articulada com programas de áreas culturais que extrapolavam seu alcance para regiões Latino-

⁴ ISS Folder, Bancroft Library Archive, Cu 23 – box 24. Program established with the foundation of the ISS, with the nomination of its executive board, appendix1, p. 1-2.

Americanas, vistas como “*terra incognita*”.⁵ Em outubro de 1932, o Departamento de Antropologia propôs um projeto específico advogando a intensificação da pesquisa etnológica, e estendendo suas linhas de pesquisa para a Psicologia, a Estatística, a Geografia, etc. Neste mesmo ano, o ISS incorporou os departamentos de Economia, Ciência Política, Psicologia e Instituições Sociais. O ISS redefiniu seu raio de ação durante a Segunda Grande Guerra, quando as instituições científicas dos EUA estiveram envolvidas na organização do campo antropológico juntamente com agências governamentais e militares diretamente envolvidas no esforço de guerra. As reuniões do Conselho do ISS cessaram depois de 1946, quando as Ciências Sociais sofreram um declínio, e os fundos para a América Latina retraíram-se.

O ISS apoiou projetos estruturados academicamente por pesquisadores selecionados entre professores, de acordo com a temática e o mérito de seus trabalhos. Seu objetivo era prover a mais ampla participação possível por pesquisadores de departamentos da UCB associados ao ISS. Estiveram envolvidos no ISS cerca de 50 professores, das diversas áreas das Ciências Sociais. O ISS provia apoio econômico para suas atividades de pesquisa, incluindo assessoria, consultoria, material de pesquisa, despesas de viagem, etc. O Conselho recomendava especialmente que os mais jovens do sexo masculino fossem privilegiados. Outros critérios incluíam apoiar metodologias engrenadas para reunir dados de observação direta em pesquisa de campo, dependendo da natureza dos projetos propostos.⁶ Entre os estudantes de doutorado apoiados pelo ISS em 1938 encontrava-se Julian Steward, cujo trabalho foi orientado por Lowie e concluído em 1939.

4. Aspectos da trajetória de Nimuendajú

Alemão de classe média, sem instrução superior, Nimuendajú, no entanto, tinha grande interesse por textos de viajantes, sobretudo de conteúdo histórico e geográfico, fazendo notar desde a adolescência seu perfil autodidata (WELPER, 2002). Chegou ao Brasil em 1903, e autofinanciou sua primeira viagem trabalhando como cozinheiro. Também pagou suas viagens realizando serviços como indigenista e humanista. Depois de tornar-se reconhecido como etnógrafo, dedicou-se a vender peças etnográficas e arqueológicas para museus do Brasil e da Europa, inserindo-se no mercado internacional de bens culturais como um coletor especializado. Forneceu objetos para um “mercado competitivo”, estruturado no circuito dos museus da Alemanha, e também de museus brasileiros, como o Museu Nacional e o Museu Goeldi (FARIA, 1981, p. 14-15). Os objetos etnográficos, retirados dos indígenas, eram assim deslocados do contexto no qual tinham um sentido ritual para o âmbito dos museus, passando a ser objetos do campo científico em formação, estruturado internacionalmente em termos dos países do hemisfério norte.

No dossiê de Nimuendajú do Arquivo do CFE (depositado no Arquivo de História da Ciência do MAST – AHC/MAST), está registrada a polêmica sobre a venda de peças Ticuna. Nimuendajú argumenta que a maior parte das peças ficara com instituições brasileiras. O conselheiro José Flexa Ribeiro contesta, afirmando que as peças de maior interesse científico e artístico teriam sido enviadas para o exterior. Esta polêmica ocorreu em 1940, um pouco antes da Segunda Guerra Mundial, quando os exaltados ânimos nacionalistas influenciavam as relações científicas e as questões indigenistas entre países (FAULHABER, 2005).

⁵ “As to both nature and man, California is the *terra incognita* from which many problems of the Southwest, of Latin America, of the Pacific Margin as a whole are best approached. Also, it is only in California that academic institutions exist where one may recruit and consult a sufficient body of experts for comprehensive studies relating to the Pacific Hemisphere” (ISS foundation Document, ISS Folder, Bancroft Library Archive, Cu 23 - box 24. Appendix II entitled “Preferential Research Program of the Institute of Social Sciences - University of California”, p. 4).

⁶ ISS Folder, Bancroft Library Archive, Cu 23 - box 24, no-numbered hand typed sheet.

A análise da trajetória de Nimuendajú mostra sua constante busca de reconhecimento pelo campo etnológico de sua atividade profissional enquanto etnógrafo, que não se resumia ao papel de um mero coletor de peças exóticas. A sua preocupação em estabelecer vínculos com estes fins está registrada em seu arquivo, depositado no Museu Nacional, no qual encontram-se cartas, fichamentos e esboços de trabalhos, escritos em alemão, português e inglês. Na relação de livros e artigos do espólio Nimuendajú constam, entre outros, trabalhos de Constant Tastevin, Theodor Koch-Grünberg, e Paul Rivet (FAULHABER, 1997). Há também correspondência sua com os Museus de Dresden, Leipzig, Basileia, Pensilvânia (Filadélfia), e Gotemburgo.

Nimuendajú também se correspondera com Boas, expondo ao antropólogo seu conhecimento fundado na experiência de campo entre os grupos indígenas, para justificar sua atividade de coletor de artefatos para museus. Nimuendajú ofereceu a Boas uma coleção Apinajé por 900 dólares.⁷ Boas respondeu que não era possível financiar seu trabalho, a despeito de reconhecer seu mérito e o valor antropológico da coleção.⁸ Boas também enviou um telegrama para Nimuendajú em 3 de maio de 1933. Com uma frase lacônica, expressou nesse telegrama sua discordância em relação ao modo como Nimuendajú garantia sua subsistência durante as pesquisas de campo coletando e vendendo artefatos nativos para museus etnográficos, envolvidos no mercado internacional de bens simbólicos no qual circulava a cultura material indígena.⁹ Tal mercado era baseado em redes internacionais que envolviam intrincadas relações de troca simbólica e financeira (PENNY, 2002, p. 54).

Como coletor estrangeiro, Nimuendajú estava submetido à política patrimonial do Brasil, através do CFE, que impôs severas restrições às suas coletas durante a Segunda Grande Guerra (FARIA, 1981, 2000). Por ter nascido alemão – embora fosse naturalizado brasileiro –, Nimuendajú foi colocado sob suspeita de estar envolvido em atividades de exploração, ainda que trabalhasse junto a instituições do país e do exterior.¹⁰

⁷ Carta datada de 15 de dezembro de 1932, depositada nos arquivos de Boas da American Philosophical Society (Boas Professional Papers – BPP). Microfilmes deste fundo estão disponíveis nos arquivos do Getty Museum de Los Angeles, onde pude consultá-los em 2008. As informações aqui transcritas foram traduzidas do alemão por Willi Bolle.

⁸ “Lamento saber que o senhor não vê nenhum modo de continuar seu válido trabalho etnológico. [Pergunto] se o senhor pode me dizer, assim que possível, quanto dinheiro necessita para possibilitar que continue seu trabalho. Não tenho nada a oferecer no momento, mas há algumas negociações em curso que talvez, em um futuro não tão distante, possam apoiar este tipo de trabalho, particularmente na América do Sul (Carta de Boas para Nimuendajú, 8 de janeiro de 1933, BPP).

⁹ No telegrama, assinado por Boas, está escrito, em inglês: “take along future party without interference of scientific work cabe collect” (sic) (BPP).

¹⁰ Em carta a Boas (27 de março de 1933), Nimuendajú procurou demonstrar que não era meramente um coletor, expondo também sua discordância com a interferência de cinegrafistas que procuravam o lado sensacionalista das imagens dos índios, enquanto ele se sentia mais preocupado em apresentar notícias sobre os índios e suas culturas. Além disso, nessa carta, Nimuendajú relatou que os índios estavam ameaçados por ataques de neobrasileiros (sic). Em outra carta a Boas, de 15 de dezembro de 22 (BPP), Nimuendajú contou que estava sendo acusado de ser um espião nazista. Ainda que sua nacionalidade fosse o motivo aparente de tais perseguições, estas de fato eram feitas porque, com sua atuação, Nimuendajú promovia a autoestima indígena. Nimuendajú sumarizou suas principais observações etnográficas sobre os Ramkokamekra visando obter fundos necessários para prosseguir em suas pesquisas. Forneceu informações detalhadas sobre a “decadência” de diferentes povos indígenas, notando, por exemplo, que os Apinajé foram reduzidos de 273 a apenas 80, e que, além disso, sofriam pelas doenças introduzidas pelos europeus. Os Krahô também estavam desaparecendo devido a suas relações de aliança com grupos afro-brasileiros (BPP, tradução Willi Bolle).

Belém do Pará, 3 de Outubro de 1941.

Ilmo Sr
Presidente do Conselho de Fiscalização
das Expedições Artísticas e Científicas
no Brasil.

Resumo da viagem feita ao Rio Solimões
de 22 de Fevereiro a 3 de Outubro de 1941
por Curt Nimuendajú.

Parti de Belém a 22 de Fevereiro chegando em Manaus a 3 de Março. Depois de ter-me consultado demoradamente com o Inspector do Serviço de Protecção aos Índios, Major Chauvin, segui a 8 do mesmo mez para o Rio Solimões.

De 15 a 16 interrompi a viagem em Caiçara. Perto do povoado deste nome existe, no fundo de um lago, uma pequena colonia de índios Witoto e Mairina que para lá se refugiaram no começo do século corrente, abandonando as suas terras nos rios Igá e Japurá para escapar ás atrocidades dos seringueiros peruanos. Outra colonia semelhante existe algumas horas mais abaixo, no Lago Uariy. Se bem que alguns desses índios, especialmente os Witoto, ainda conservassem a sua lingua antiga elles quasi nada mais conservam da sua civilização original, motivo porque não me demorei por mais tempo entre elles. São pacíficos e hospitaleiros. Os de Caiçara - os outros eu não visitei - habitam numa reserva de terra demarcada para elles pelo Serviço de Protecção aos Índios, mas de dimensões por demais mequinhãs.

A 22 de Março cheguei em Tabatinga. Apresentei-me também ás autoridades colombianas em Leúcia para o caso de eu ter de atravessar em algum ponto a fronteira da Colombia, o que, aliás, não se tornou necessario. Encontrei grande dificuldade em comprar uma montaria, pois a enchente do rio Solimões estava no seu auge, e não haviam embarcações em numero sufficiente para as necessidades presentes da população. Vendo que em Tabatinga era impossivel arranjar o que desejava, saidei-me a 26 de Março para a bocca do Igarapé arauaquí na tres kilometros abaixo de Tabatinga onde me demorei até 7 de Abril. Neste Igarapé habitava um grupo de uns 80 rukuna que são os mais deculturados em territorio brasileiro. São bastante viciados pela facilidade com que obtêm cacahua em Tabatinga.

Alli, pagando 150% a mais, consegui finalmente comprar uma montaria que mandei preparar e, tripulando-a com 2 índios rukuna do Marituaquí, comeci nella a descer pelo rio Solimões, visitando os grupos de rukunas espalhados nas margens, ilhas e parannás e nos pequenos rios de agua preta que desembocam no Solimões pela margem esquerda. Os primeiros grupos mais importantes encontrei no Faramá do Arariá, abaixo de Aljubarrota, e á montante de ahy.

A 8 de Abril cheguei em Belém, estabelecimento industrial (fabrica de cacahua) de alguma importancia. Na vizinhança desembocam os Igarapés Tacana e Caldeirão, ambos habitados por índios rukuna em numero de uns 250 em cada um dos dois igarapés. Vivem em dependencia daquelle estabelecimento que, pela sua natureza exerce sobre elles uma influencia pessima. Em Belém os Depuchinhos de São Paulo de Olivença construíram residencia, capella e escola, mas até hoje nunca vieram occupá-las.

Não encontrando em Belém o arrendatario do estabelecimento, meu conhecido da excursão de 1928, adiei a visita aos Igarapés Tacana e Caldeirão e continuei a viagem pelo rio abaixo até Perpetuo Socorro onde cheguei a 20 de Abril. Existem neste trecho dois grupos maiores de índios, um perto do estabelecimento commercial (porto de lenha) de Palmarez e outro na bocca do Lago Cajary. Este ultimo é composto de índios que vivem quasi exclusivamente da pesca.

Perto do Perpetuo Socorro desembocca o Igarapé Preto de São Jeronymo onde me demorei entre os índios rukuna, seus unicos habitantes em numero de mais de 300. Estes índios, como os do Tacana e Caldeirão, são seringueiros. Hospedei-me em casa do índio Calixto Barroki, meu conhecido velho que me recebeu amavelmente e muito me ajudou nos meus estudos que neste lugar se prolongaram até 26 de Julho. Visitei diversos afluentes do Igarapé Preto, subindo até á "Terra Santa" dos rukuna, theatro dos seus aythos, situada no curso superior, realizando nesse tempo também a minha visita aos igarapés Tacana e Caldeirão.

De 22 a 30 de maio fiz uma penosa travessia por malvas aliagadas do Solimões para o Jacurapá, afluente da margem esquerda do Rio Igá para assistir a uma festa para a qual os rukuna do Jacurapá me tinham convidado. O numero de índios neste rio é de uns 200.

De 18 a 23 completei os meus estudos de mythologia com alguns índios do Igarapé Preto perto da sua bocca, e no dia 26 de Julho saidei-me para o Igarapé da Rita, habitado por uns 150 índios. São os que se encontram em melhores condições economicas, pois não existem seringueiros no Igarapé, não são seringueiros sujeitos a um patrão, mas agricultores e pescadores livres que vendem os seus productos a quem mais vantagens lhes proporcionar, sem dever a ninguém. Depois de assistir alli ainda a uma festa de pureza, dei-me a 19 de Agosto definitivamente os Igarapés dos rukuna e desci em duas montarias tripuladas por 2 índios para a Villa Nova do Romantico.

O numero dos rukuna dentro dos Igarapés por mim visitados é de uns 1.300. Os que habitam fóra, nas margens e ilhas do Solimões são em numero de pelo menos 1.000 e se espalham em pequenos grupos pelo desapparecimento dos seus inimigos, os índios Cambéwa das ilhas e os Mayorina da margem direita do Solimões, em meados do século passado.

De Santa Rita para baixo encontram-se, intercalados aos grupos rukuna e a população neobrazileira, numerosos grupos de índios Kokama, do rio Ucayali, acima de Iquitos, no Peru. O seu numero total também não pode ser inferior a 1.000 cabeças. Como os rukuna com os quaes elles não se misturam, são os Kokama pacíficos e trabalhadores, dedicados á lavoura e á pescaria. São ainda mais deculturados que os dos rukuna, apesar da presença de alguns elementos arauak, e isolado o pequeno Rio Romantico, antigo centro da tribo Kpúsiána (Gauxana) habitantes neobrazileiros do rio apenas 16 índios dessa tribo que um membro da mesma tribo, de sangue puro, não sendo nenhum delles casado com extincta. Sómente seis delles ainda conhecem a sua lingua original que é da familia Aruak.

Entre estes Kpúsiána encontrei um índio velho Paqé, talvez o ultimo representante desta tribo, pois pelo menos elle não tinha noticia da existencia de nenhum outro mais. Da lingua Paqé, dialecto aruak

mito parecido com o Kayúsiána elle com muito custo ainda se lembrava de meia dúzia de palavras.

Tambem os índios Juri (Dyurif) estão como tribo extincta. Na ilha de Cavariá, entre São Paulo de Olivença e Maturá encontrei ainda dois irmãos, pelo que me consta os ultimos representantes dessa tribo. A lingua Juri que é isolada, nada mais sabiam.

De 4 a 6 de Outubro subi o Japurá até Maranhá. Dos índios Mand do Rio Ita, afluente do Rio Negro, que costumavam apparecer pacificamente neste ponto do Japurá até ha uns 10 annos atrás, não ha hoje mais noticia. Acima de Maranhá, no Faramá Boabóá, da banda do Norte do Japurá vagam ainda hoje os Waríwa-Ispiyá, chamados erradamente de "Maturá brabos", mas já desde ha alguns annos não atacaram mais peçonha nenhuma, limitando-se a saquear nas suas incursões alguma barraca emquanto os moradores estiverem ausentes.

A 9 de Setembro cheguei a Manaus e depois de uma demora de 11 dias em Santarem e de 2 dias em Porto de Moz voltei a Belém no dia 3 de Outubro.

Curt Nimuendajú
(Curt Nimuendajú)

Figura 1 – Relatório de Nimuendajú ao presidente do CFE, 03/10/1941 (AHC/MAST).

5. O Instituto e as pesquisas de Nimuendajú

Nimuendajú trabalhou de 1935 a 1942 apoiado por recursos do ISS/UCB, sendo considerado, nos relatórios de Lowie para este instituto, seu “assistente de pesquisa”.¹¹ No primeiro ano recebeu 700 dólares para despesas com pesquisa de campo. De 1936 até 1941 recebeu 1.200 dólares por ano. Em 1942, no entanto, o Instituto lhe forneceu apenas 300 dólares.

Os financiamentos do ISS tinham um esquema de avaliação estruturado na base de formulários. Como os solicitantes deveriam apresentar o título de doutorado, no caso de Nimuendajú era Lowie quem preenchia os formulários em seu próprio nome, explicando que a pesquisa de campo no Brasil seria feita pelo etnógrafo teuto-brasileiro, e acrescentando referências bibliográficas como comprovação do reconhecimento de sua produção por destacados antropólogos, incluindo o próprio Lowie.¹²

O relatório de Lowie de 1939 destaca que o rigor antropológico dos registros de Nimuendajú era reconhecido por trabalhos consagrados de autores como Erland Nordeskiöld e Alfred Métraux. Estes americanistas europeus conheceram Nimuendajú trabalhando para museus europeus como o Museu de Gotemburgo e o Museu de Etnologia de Berlim. Foi Nordeskiöld, do Museu de Gotemburgo, quem pôs Nimuendajú em contato com Robert Lowie.



Figura 2 - Dança dos índios Xerente ao redor das toras Tsitiró, 1937 (Foto: Curt Nimuendajú).

¹¹ O relatório de 1935 do ISS informa que Nimuendajú foi apresentado à UCB pelo Barão Erland Nordeskiöld, que em 1926 ministrou naquela universidade um curso de outono. Posteriormente, Karl G. Izikowitz recomendou fortemente os trabalhos de Nimuendajú a Lowie, em carta de 19 de setembro de 1934. Em 1932, Lowie mencionara a Nordeskiöld sua intenção de editar o *Handbook of South American Indians*, na condição de Chefe da Divisão de Antropologia e Psicologia do National Research Council. O projeto não vingou naquele momento. No entanto, Izikowitz, que foi destituído de seu cargo por perseguição nazista em 1934, procurou Lowie informando que considerava Nimuendajú a pessoa mais qualificada para editar a parte brasileira da obra. Ainda assim, embora Lowie tivesse deixado de lado o projeto do *Handbook*, ele passou a contar com Nimuendajú para as pesquisas apoiadas pelo ISS. Esta carta consta na lista de cartas organizada por J. Rowe, depositada no Fundo Nimuendajú confiado por Lowie à sua custódia (John Rowe Arquivos – JRA). Como se tratava de correspondência envolvendo alemães, sem tal consignação os documentos teriam corrido risco de desaparecer, já que as instituições de inteligência dos EUA colocavam sob suspeita a produção de toda e qualquer pessoa supostamente vinculada ao nazismo no país. Agradeço a Patricia Lyon pelo acesso a essa documentação. Ela afirmara que só abriria o arquivo quando julgasse que os documentos nele contidos poderiam ser analisados dentro de uma postura de comprometimento ético.

¹² Application for research grant form funds of the Institute of Social Sciences, University of California. (Formulário assinado por Robert Lowie, 6 de março de 1941, JRA).

O interesse no conhecimento dos índios da Amazônia era reforçado pelas características da UCB, que, como universidade “de fronteira”, no oeste dos EUA, voltava sua atuação para a América Latina, de modo geral, e para a “fronteira amazônica”, em particular, o que explica a retomada por Nimuendajú, nos anos 1940, da etnografia Ticuna. Esse povo, que conhecera no final da década de 1920, vivia na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. A riqueza etnográfica das pesquisas de Nimuendajú possibilitava a Lowie comparar os índios da Amazônia com os índios dos EUA. O interesse era tal que a editora da Universidade da Califórnia publicou trabalhos de Nimuendajú como único autor (1946, 1952). Sendo assim, seu status elevou-se de coletor especializado de artefatos para o mercado de bens culturais para autor consagrado no campo científico da época, que então passara a se caracterizar como um sistema baseado na produtividade científica.

6. Como os objetos fronteiriços etnografados por Nimuendajú modificaram a Antropologia

Curt Nimuendajú produziu etnografias extensivas sobre inúmeros povos pouco conhecidos, tornando-se legendário no campo antropológico. Nascido na Alemanha e vivendo na Amazônia, sua visão sobre a Antropologia era forçosamente diferente da visão de seus interlocutores norte-americanos, notadamente Steward, que trabalhava com recursos do Departamento de Estado dos EUA e deste modo estava envolvido com um projeto nacional-expansionista de luta pela hegemonia política e cultural no campo dos estudos americanistas. Steward também foi apoiado pelo ISS, em 1938, como aluno de Boas, para desenvolver seu estudo doutoral, aprovado em 1939. Quando passou a trabalhar no Smithsonian Institution, em Washington, a partir de 1940, Steward vislumbrou a possibilidade de aproveitar recursos do Congresso estadunidense destinados à cooperação com as repúblicas da América do Sul, como parte da “política de boa vizinhança”.¹³ Em função disso, propôs ao Smithsonian projetos colaborativos, como o *Handbook of South American Indians*,¹⁴ e também o estabelecimento de escritórios do Instituto de Antropologia Social em diferentes países da América Latina (FAULHABER, 2011).¹⁵

A apropriação dos recursos para tais projetos foi viabilizada mediante conexão do Comitê Interdepartamental com o Departamento de Estado dos EUA. Steward manifestava sua preocupação com o campo que tais recursos poderiam abrir para a pesquisa científica. Além de reunir informações detalhadas sobre os índios da América do Sul, que eram importantes do ponto de vista estratégico, tal empreendimento científico também teve implicações do ponto de vista

¹³ Nelson Rockefeller, baseado em acordo intergovernamental envolvendo os EUA e o Brasil, conduziu um projeto de saúde voltado à Amazônia brasileira. A Amazônia era vista como uma fronteira econômica favorável a programas de desenvolvimento que nasciam na arena internacional (WEINSTEIN, 2007). Em tempos de guerra, Rockefeller investiu em programas relacionados à valorização da borracha, conferindo peso especial à importância e especificidade do conhecimento científico, em particular às Ciências Sociais. Essa proposta ancorava-se em uma política desenvolvimentista que visava avaliar as condições para a seleção de grupos residenciais locais considerados favoráveis para os investimentos, em um preâmbulo do que veio posteriormente a ocorrer já em tempos de guerra fria, situando o Brasil como um aliado mais favorável para a política de “boa vizinhança” que outros países da América Latina ou do Caribe, como México ou Cuba.

¹⁴ O projeto do *Handbook of South American Indians*, proposto por Lowie em 1932 ao National Research Council (STEWART, 1941; LOWIE, 1959), só foi viabilizado a partir de 1939 pelo Smithsonian Institution (SI). A produção deste compêndio foi copiosamente documentada nos Arquivos Nacionais Antropológicos (NAA) depositados no SI, onde se nota a hierarquia científica e a complexidade da divisão intelectual do trabalho entre os colaboradores de diferentes países (FAULHABER, 2011).

¹⁵ O National Research Council criou em 1939 o Comitê de Antropologia Latino-Americana, que, mesmo antes da guerra, refletia o desejo expresso “de integrar pesquisa profissional com programas governamentais”. Antropólogos engajados em tais comitês e organizações usaram seus conhecimentos academicamente adquiridos para práticas profissionais, o que não era tradicionalmente considerado como pesquisa de campo etnográfica. Apesar disso, o interesse na América Latina como subcontinente estratégico do ponto de vista do Departamento de Estado dos EUA perdeu relevância, face a outras regiões, ao fim do imediato pós-guerra.

teórico. Articulados com a evidência empírica do “contato cultural” como produto do paradigma histórico-cultural, os resultados das etnografias intensivas na América do Sul e no México foram a base dos desenvolvimentos teóricos propostos posteriormente por Steward em termos da “ecologia cultural”, que contemplava a interpretação ecológica do desenvolvimento da organização política e social (STOCKING, 1976, p. 27; STEWARD, 1955; KERNS, 2003). Propunha um novo paradigma evolutivo. No entanto, baseava-se em noções de integração das culturas indígenas como “subculturas” dentro de uma ordenação definida em termos de “programas de desenvolvimento”, preconizada pelas políticas públicas (STEWARD, 1955). A implantação de tais programas de pesquisa, entretanto, passava pela capilaridade de interações em âmbito local.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Amazônia aparecia como uma importante região, tanto do ponto de vista estratégico, na “política de boa vizinhança”, quanto econômico, dada a necessidade imediata de incremento dos estoques de borracha, produto disponível nas seringueiras nativas da floresta tropical. A região representou uma “fronteira cultural” que também foi afetada pela guerra. Era vista como “a última fronteira”, o local do “encontro de culturas”, lugar privilegiado para observar antropologicamente a interação entre natureza e cultura. Também era um sítio propício para o simbolismo da integração pan-americana, mais interessante para os planos de desenvolvimento que o México, muito revolucionário para o liberalismo expansionista. A ideia de que os índios brasileiros eram uma massa de manobra para o desenvolvimento político era o reverso da imagem sonhada por americanistas forasteiros, de que estes povos viveriam “autenticamente” em “estado de natureza”. A noção de desenvolvimento implicava a representação de assimilação e integração dos índios que, uma vez integrados ou assimilados, não poderiam mais viver em “estado de natureza”.

De coletor inserido no mercado de bens simbólicos para museus, Nimuendajú passou a ser produtor de etnografia para o sistema de produtividade acadêmica engendrado como instância privilegiada do campo científico. No que se refere aos Ticuna, instituições como o ISS/UCB, a FR e o Smithsonian não se apropriaram dos artefatos indígenas, que foram destinados ao Museu Goeldi e ao Museu Nacional. Mas estava igualmente em questão a apropriação cultural e a circulação internacional dos conhecimentos produzidos localmente com o recurso da etnografia.

Os registros antropológicos de Nimuendajú em sua interação com os índios mostraram situações de contato vividas por eles que não correspondiam ao modo como eles eram vistos pelos americanistas europeus e norte-americanos. Embora sem chegar a produzir reflexão teórica refutando as teorias da aculturação, mostrou em suas monografias que embora as culturas e as mitologias indígenas estivessem se modificando com a subordinação, acomodação ou adaptação dos índios às relações sociais impostas pelas sociedades envolvidas, elas não desapareciam com o contato, como havia previsto o *Memorandum for the Study of Acculturation* produzido por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits (1936).

As limitações da adequação da análise de povos indígenas da América do Sul à noção de área cultural da Antropologia nos EUA, no período entreguerras, foram apontadas em termos da crítica às generalizações infundadas que tais áreas pressupunham (GRUPIONI, 1998). Estudos junto a povos específicos vieram a invalidar categorias genéricas como a de “povos marginais” (LÉVI-STRAUSS, 1991). Eduardo Galvão, que conheceu Nimuendajú nos últimos anos de sua vida, organizou o material etnográfico armazenado na coleção de Etnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. Este material, conjuntamente com as monografias produzidas por Nimuendajú, foi a base para a redefinição de “áreas culturais”, com a sua reclassificação segundo critérios regionais, associados a características geográficas dos grupos indígenas brasileiros, considerando em sua definição o contato entre diferentes grupos indígenas e entre estes e as sociedades envolvidas (GALVÃO, 1967). Na trilha de Nimuendajú, antes de se construir teorias gerais, tratava-se de discutir as consequências da mudança cultural. A pedra de toque das

abordagens posteriores foi a definição de “áreas etnográficas” (MELATTI, 2001, p. 7) baseadas em termos de critérios temporais, linguísticos e ambientais. Passou a se considerar como definidora a interferência do pesquisador na delimitação dos limites do objeto em elaboração.

7. Conclusão

Este trabalho tratou do uso e da significação da “fronteira” no apoio a projetos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade da Califórnia em Berkeley. O próprio ISS foi um “objeto fronteiro” para as metas do Social Science Research Council e para o fomento da Fundação Rockefeller. Durante a Grande Depressão nos EUA, o apoio às Ciências Sociais foi uma forma de incorporar e controlar a gestão de disciplinas que buscavam constituir-se em uma esfera de autonomia. Fundado em uma universidade à oeste do país, esse Instituto lidava com as “fronteiras do conhecimento” social, em áreas localizadas nas “bordas” do Estado Nacional.

Nimuendajú foi financiado apenas indiretamente pelo ISS, na condição de “assistente” de Lowie. Com este apoio, verificou-se um deslocamento na trajetória do etnógrafo teuto-brasileiro, que antes sustentava a si e a suas viagens com a venda de coleções de artefatos indígenas para museus de todo o mundo. O ISS não se apropriava dos objetos propriamente ditos, mas de textos monográficos produzidos sobre os índios no contexto de uma pesquisa tutelada academicamente. Neste caso, o próprio conhecimento etnográfico era um objeto fronteiro. Enquanto tal, não coincidia exatamente com o que se esperava encontrar e incorporar em termos de uma “ciência estabelecida” nos EUA. Neste sentido, contribuiu para modificar formas de pensar que, por sua vez, já estavam se transformando nos processos históricos em curso. O presente trabalho se ocupou das condições institucionais em que se produziram estudos sobre aculturação, mudança e área cultural, tendo como contraponto o apoio a etnografias produzidas por Nimuendajú que em grande medida mostravam que tais enfoques não correspondiam ao que se via nas situações históricas locais.

O interesse pela Amazônia se justificava porque se pensava que ali viveriam índios menos “aculturados” que os norte-americanos. No entanto, os registros de Nimuendajú mostraram que o contato também era um fato em terras amazônicas. Mostraram ainda que mesmo os menos “intocados” podiam fornecer informações importantes etnologicamente falando. Ou seja, o fato de serem submetidos ao contato não implicava a “perda” da cultura, mas sua transformação.

Nimuendajú tinha acesso aos trabalhos enviados por seus colegas antropólogos que pesquisavam nas estruturadas instituições de países do hemisfério norte. Em suas monografias assimilou e manejou com bastante desenvoltura a observação da organização social. Todavia, suas observações mostram a inadequação do conceito de mudança cultural. Seus registros passaram ao largo da ideia de que as relações sociais dos índios com quem ele conviveu estivessem inseridas em cadeias evolutivas e que pudessem se transformar em “subculturas” nas sociedades envolventes. Mostram que o contato não implicou o fim das culturas indígenas, que persistiam apesar da virulência dos colonizadores.

Os registros amazônicos também levaram a uma quebra dos fundamentos difusionistas e evolucionistas da concepção de área cultural. Com o questionamento pelos atores e instituições locais do processo de apropriação dos bens culturais, foram constituídos os acervos dos museus nacionais e regionais. Deixou de ser ponto pacífico que as explicações sobre a organização das exposições deveriam seguir as prescrições de teorias concebidas alhures. Categorias genéricas como a que norteou a caracterização dos traços “Gê” com base na atribuição de “culturas marginais” deixaram de fazer sentido. As associações com base em categorias definidas em observações de fundo geográfico e histórico mostraram-se mais convincentes. O próprio comprometimento dos etnógrafos com os problemas dos sujeitos pesquisados passou a ser levado a sério como indicador

para a análise de objetos fronteiriços. Neste sentido, o trabalho de Nimuendajú é um exemplo de como a interferência do etnógrafo em seu compromisso com os destinos dos povos pesquisados pode modificar os conceitos e a maneira de ver científica.

Referências

- ANDERSON, Ryan. Franz Boas: Geographer/Anthropologist. *Anthropologies: A Collaborative Online Project*. September 2011. Disponível em: <http://www.anthropologiesproject.org/2011/09/franz-boas-geographeranthropologist.html>. Acesso em: 03 dez. 2015.
- ASAD, Talal. *Anthropology & the Colonial Encounter* (Ed.). Ithaca: Ithaca Press, 1973.
- CLIFFORD, James. *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- DU BOIS, Cora (Ed.). *Lowie's Selected Papers in Anthropology*. Berkeley: University of California Press, 1960.
- FARIA, Luís de Castro. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 17-22.
- _____. Introdução. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: Inventário*. Rio de Janeiro: MAST, 2000, p. 7-13.
- FAULHABER, Priscila. Nos Varadouros das Representações. Redes Etnográficas na Amazônia no Início do Século XX. *Revista de Antropologia (USP)*, v. 40, n. 2, p. 279-303, 1997.
- _____. O Instituto de Antropologia Social (EUA, Brasil e México): um artefato da resposta antropológica ao “esforço de guerra”. *Revista Mana*, v. 17, p. 9-39, 2001.
- _____. O etnógrafo e seus “outros”. Informantes ou detentores de conhecimento especializado? *Estudos Históricos*, v. 36, p. 111-129, 2005.
- _____. O Instituto de Antropologia Social (EUA, Brasil e México): um artefato da resposta antropológica ao “esforço de guerra”. *Revista Mana*, v. 17, p. 9-39, 2011.
- _____. Hierarquias e Fronteiras em um compêndio sobre os índios do Amazonas. In: FAULHABER, Priscila; DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; BORGES, Luiz Carlos (Orgs.). *Ciências e Fronteiras*. Rio de Janeiro: MAST, 2014. p. 63-74.
- GALVÃO, Eduardo. Indigenous culture areas of Brazil (1900-1959). In: HOPPER, Janice (Ed.). *Indians of Brazil in the Twentieth Century*. Washington: Institute for Cross Cultural Research, 1967. p. 167-205.
- GIERYN, Thomas. Boundary-Work and the Demarcation of Science from Non-Science: Strains and Interests in Professional Ideologies of Scientists. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 781-795, 1983.
- GRUPIONI, Luís Donisete. *Coleções e Expedições Vigíadas: Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1998.
- JACKNIS, Ira. The Ethnographic Object and the Object of Ethnology in the Early Career of Franz Boas. In: STOCKING Jr., George (Ed.). *Volkgeist as Method and Ethics: Essays on Boasian Ethnography and the German Anthropological Tradition*. Madison: University of Wisconsin Press, 1996. p. 185-214.
- KENZER, Martin S. *The making of Carl O. Sauer and the Berkeley School of Historical Geography*. PhD Thesis (Doctor of Philosophy – Geography). McMaster University, Hamilton (Ontario), 1985. Disponível em: <https://macsphere.mcmaster.ca/bitstream/11375/14232/1/fulltext.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- KERNS, Virginia. *Scenes from the High Desert: Julian Stewards life and theory*. Urbana, Chicago: University of Illinois Press, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Le Cru et Le Cuit* (Mythologiques t. 1). Paris: Plon, 1964.
- LOWIE, Robert. Field work in Absentia. In: _____. *Ethnologist: A Personal Record*. Berkeley: University of California Press, 1959. p. 119-126.
- _____. *Ethnologist: A Personal Record*. Berkeley: University of California Press, 1959. Resenha de: FREED, Ruth. *Social Forces*, v. 38, n. 4, p. 371, 1960.

MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 54, n. 2, p. 27-55, 1992.

MELATTI, Júlio Cezar. Por que áreas etnográficas? In: *Áreas etnográficas da América Indígena*. 2011. Disponível em: <http://www.julielatti.pro.br/areas/01porque.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2012.

NIMUENDAJÚ, Curt. *The Eastern Timbira* (University of California Publications in American Archaeology and Ethnology, v. 41). Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1946.

_____. *The Tukuna* (Publications in American Archaeology and Ethnology, v. XLV). Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1952.

OLIVEIRA, João Pacheco. Galvão e os estudos de aculturação no Brasil: ou “santo de casa também pode fazer milagres”. In: FAULHABER, Priscila, TOLEDO, Peter Man de (Eds.). *Conhecimento e fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém, Brasília: Museu Goeldi/Paralelo 15, 2001. p. 205-221.

_____. Curt Nimuendajú et la configuration de l'ethnologie au Brésil. In: ESSE. *Actes du colloque « Rappports ambivalents entre sciences sociales européennes et américaines »*. Milan: Arcipelago Edizioni, 2006. p. 165-197.

PENNY, H. Glenn. *Objects of Culture: Ethnology and Ethnographic Museums in Imperial Germany*. Chapel Hill, London: University of North Carolina Press, 2002.

REDFIELD, Robert; LINTON, Ralph; HERSKOWITZ, Melville J. *Memorandum for the study of acculturation*. *American Anthropologist*, v. 38, n. 1, p. 149-152, 1936.

SAUER, Carl. Foreword to Historical Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 31, n. 1, 1941, p. 1-24.

STAR, Susan; GRIESEMER, James R. Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989.

STEWART, Julian H. *Theory of Culture Change*. Urbana: University of Illinois Press, 1955.

_____. Alfred Louis Kroeber, 1876-1960: Obituary. *American Anthropologist* (New Series), 63 (5:1), p. 1038-1087, 1961.

STOCKING Jr, George. Introduction: Thoughts toward a History of the Interwar Years. In: _____ (Ed.). *American Anthropology, 1921-1945*. Lincoln, London: University of Nebraska Press, 1976. p. 1-74.

_____. Philanthropies and Vanishing Cultures: Rockefeller Funding and the End of the Museum Era in Anglo-American Anthropology. In: _____. *Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985. p. 112-145.

_____. *Delimiting Anthropology: Occasional Inquiries and Reflections*. Madison: University of Wisconsin Press, 2001.

TURNER, Frederick. *The Frontier in American History*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1963.

WEINSTEIN, Barbara. Modernidade Tropical: visões norte-americanas da Amazônia nas vésperas da Guerra Fria. *Revista do IEB*, n. 45 p. 153-176, set 2007.

WELPER, Elena Monteiro. *Curt Unkel Nimuendajú: Um capítulo alemão na tradição etnográfica brasileira*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

Fonte das fotografias:

Abertura do capítulo e Figura 2: SOARES, Marília Facó et al. *Índios do Brasil e o olhar de Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2010. DVD.